


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000021-80.2016.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**
 Requerente: **Patricia Aparecida da Silva**
 Requerido: **Oasis/SP Fotos e Filmagens Ltda - Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Letícia Lemos Rossi

Vistos.

Trata-se de ação declaratória de inexigibilidade de débito com pedido de indenização por danos morais e materiais movida por **Patrícia Aparecida da Silva** contra **Oásis/SP Fotos e Filmagens LTDA-ME**. A requerente aduz, em síntese, que em novembro de 2012 contratou a empresa requerida para que fotografasse seu filho, sendo o valor cobrado pelo serviço no importe de R\$ 518, o qual seria pago em 6 parcelas.

Sustenta que após passar por dificuldades financeiras, realizou um acordo com a requerida para adimplir o débito.

Informa que efetuou o pagamento integral, sendo a última parcela para o mês de dezembro de 2013, porém, a requerida recebeu ligações e mensagens de textos para que pagasse o débito, existindo ainda no site da requerida saldos em abertos a serem pagos. Visou com a tutela de urgência a exclusão de seu nome em cadastros de proteção ao crédito. Pede a declaração de inexistência de débitos e a condenação da ré em danos morais e materiais estimados em R\$ 10.000,00. Juntou documentos (fls.10/26).

Tutela de urgência indeferida a fl.27.

Citada, a requerida ficou-se inerte (fls.71).

É o relatório.**Fundamento e DECIDO.**

O julgamento antecipado está autorizado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil e também pelo manifesto desinteresse das partes na produção de provas, direito que declaro precluso.

Presente o requisito da hipossuficiência técnica, impõe-se a inversão do ônus da prova, com fundamento no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Com efeito, por se tratar de ação que versa sobre matéria eminentemente patrimonial, estão presentes os efeitos da revelia, com a presunção de veracidade dos fatos narrados na inicial.

Compete ao fornecedor de serviços, como corolário do risco da atividade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

empresarial, atuar com cautela para evitar a ocorrência de danos ao consumidor, o que não se verifica nos autos.

A autora apresentou documentos aptos a darem suporte a suas alegações de que teria adimplido com todas as parcelas do acordo.

Comprovou ainda as cobranças efetuadas pelo seu telefone celular, bem como a existência de débitos no site da requerida, mesmo após o pagamento integral.

Então, considero que a parte autora conseguiu demonstrar o fato constitutivo de seu direito

É certo que a celebração dos contratos, na hipótese, ocorre de diversas formas. No entanto, competiria à ré a comprovação da adequação do pactuado e a correção das faturas emitidas, mas não manifestou-se em tempo hábil.

No que tange ao pedido de danos morais, entendo que os acontecimentos narrados nos autos não constituem dano moral a merecer a correspondente indenização, sobretudo considerando-se aquilo que ordinariamente acontece.

O aborrecimento por que passou a autora não configura humilhação, constrangimento ou dor moral a ser indenizada.

Saliente-se que meros percalços não geram o dever de indenizar. No caso, não houve a perturbação ou humilhação protegidas legalmente e aptas a gerar indenização.

Já decidiu o Superior Tribunal de Justiça o que segue: “*só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente ao comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral*” (REsp nº 215.666-RJ, 4ª T., Rel. Min. César Asfor Rocha – grifo nosso).

Desse modo, sob pena de banalização em face dos fatos desagradáveis por que todos passamos diariamente, não entendo configurado, na hipótese, dano moral indenizável.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido declaratório delineando a inexistência de outros débitos provenientes do negócio jurídico impugnado e, consequentemente. Concedo a tutela de urgência para impedir a inserção do nome da autora em cadastros de proteção ao crédito em razão do débito que ora se afasta ou, se o caso, a exclusão dos apontamentos. Arcará a requerida com honorários advocatícios de R\$ 800,00. De outra parte, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido indenizatório. Arcará a autora com honorários advocatícios de R\$ 800,00, observando-se a concessão da AJG. Ainda, condenado cada parte a pagar metade das custas e despesas processuais.

Interposta apelação, intime-se o recorrido para apresentação de contrarrazões e, na sequência, encaminhem-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ibate, 10 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**